



Guilherme Braga da Cruz

O essencial sobre

A HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE

**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA**

## NOTA EDITORIAL

O texto do presente *Essencial sobre a História da Universidade* corresponde ao da lição proferida por Guilherme Braga da Cruz no I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, realizado em Lisboa, de 16 a 19 de Abril de 1953, publicado, pela primeira vez, no vol. xxxii (1954) da revista *Estudos*, do Centro Académico de Democracia Cristã, e incluído, posteriormente, no vol. iv das *Obras Esparsas*, Coimbra, 1985, do autor.

Na presente publicação suprimiram-se as notas eruditas, bem como as referências circunstanciais ligadas à origem do texto.

**TRAÇOS GERAIS DUMA  
«HISTÓRIA INSTITUCIONAL»  
DA UNIVERSIDADE**

**1. A Universidade como criação do espírito medieval;  
causas que contribuíram para a sua formação.**

A Universidade é uma criação sublime do espírito medieval, ou melhor — e para sermos mais rigorosos — daquele novo espírito de que o mundo medievo se revestiu, depois de dobrado o ano mil. Nasceu na mesma época das Cruzadas e das grandes catedrais românicas e góticas, e é obra, em boa parte, do mesmo ambiente histórico que elas.

A Idade Antiga teve, sem dúvida, as suas escolas de ensino superior, e algumas delas ficaram famosas para sempre, pelo brilho que atingiram. A Alta Idade Média, por seu turno, soube continuar a tradição escolar do mundo romano, e, sob a égide da Igreja, nunca deixaram de florescer, então, al-

tos centros de estudo, onde a teologia, o direito, a medicina e os outros ramos do saber eram ministrados com vista à preparação dos estudiosos para o exercício das respectivas profissões. E, no entanto, nem a Idade Antiga nem a Alta Idade Média conheceram a Universidade tal como os homens do século XII vieram a concebê-la.

O que está na base do movimento universitário medieval é a formação dum espírito de classe — mas de classe socialmente organizada, com verdadeira estrutura corporativa — entre os profissionais do estudo: os mestres e os discípulos. A Universidade do século XII não é mais do que uma escola, que deixou de ter projecção puramente local, para passar a ter projecção ecuménica, e que foi elevada à categoria de *instituição*, juridicamente autónoma, pela formação do espírito corporativo entre aqueles que nela ensinam e aqueles que nela aprendem. A expressão *universitas*, aliás, é utilizada nesta época com o exclusivo significado de corporação: — A Universidade não é ainda, como há-de ser mais tarde, o conjunto das escolas superiores — a *universitas facultatum* —, é simplesmente a corporação, ou seja, a instituição onde se

encontram congregados, corporativamente, os mestres e os escolares — *universitas magistrorum et scholarium*.

O aparecimento, em pleno século XII, destas novas escolas de projecção universal e corporativamente organizadas está ligado a uma série de causas, que impossível seria analisar aqui, dum modo completo: — O progresso geral do saber, o rápido incremento de certas disciplinas, como a teologia científica, o direito romano e o direito canónico, um novo sentido da unidade da ciência e uma noção mais rigorosa da hierarquia entre os vários ramos do saber humano, o movimento europeu da formação dos grandes centros urbanos, o sentimento de solidariedade profissional que inspira a formação das grandes corporações de artes e ofícios, tudo teve o seu contributo a dar para esse movimento universitário que dominou a Europa do século XII e do século XIII.

Produto de tão diversos factores, a Universidade medieval tinha que ser, forçosamente, uma instituição rica de cambiantes, cheia de vida e de personalidade, inconfundível com qualquer organização escolar dos tempos anteriores, e inconfundí-

vel, até, consigo mesma. Não há então, pode dizer-se, duas universidades iguais, nem na sua origem, nem na sua estrutura interna.

Isto significa, bem vistas as coisas, que só dentro dum critério relativo ou aproximado se pode fazer uma classificação das universidades desta época quanto à origem ou quanto à sua organização institucional.

## **2. Diferentes tipos de Universidade quanto à sua origem: a) *Ex consuetudine*; b) *Ex secessione*; c) *Ex privilegio*.**

Sob o ponto de vista da origem, é corrente a classificação entre universidades *ex consuetudine* e *ex privilegio* — classificação que nós completaremos com um terceiro termo, a que daremos o nome de universidades *ex secessione*, isto é, formadas por desmembramento ou secessão.

a) As primeiras universidades formaram-se espontaneamente, através dum característico processo de crescimento e corporatização duma escola ou escolas locais, já existentes. Daí o dizer-se que são

universidades de formação consuetudinária ou *ex consuetudine*. As duas mais antigas e mais famosas, deste tipo, são a de Paris e a de Bolonha, a que logo em seguida se juntaram as de Oxford, de Montpellier e de Orléans.

À fama das lições dum mestre local — como Guillaume de Champeaux, em Paris, Irmério e Graciano, em Bolonha — vinha juntar-se a especialização da escola numa determinada disciplina: enquanto os estudos teológicos, por exemplo, florescia, com brilho nunca visto, em Paris e Oxónia, Bolonha iluminava o mundo com uma nova ciência do direito, e Montpellier tornava-se o mais importante centro do ensino da medicina. O aparecimento dum novo método científico — como o método escolástico, no ensino telógico da escola parisiense, ou o método das glosas, no ensino jurídico das escolas bolonhezas — vinha, por vezes, completar o quadro, tornando essas escolas locais num centro de atracção dos estudiosos de toda a Europa civilizada.

Transformadas em escolas de projecção universal, estas velhas escolas diocesanas, municipais ou monásticas iam tomando, a pouco e pouco, consciência da sua importância e consciência da sua

força. Um verdadeiro espírito corporativo nascia, entre aqueles que as frequentavam: mestres e estudantes congregavam-se como um corpo único, na defesa de interesses comuns ou na reivindicação de regalias ambicionadas. E esse espírito subia ao rubro, quando surgiam os inevitáveis conflitos de ordem social, entre burgueses e escolares, a perturbar a vida compassada das jovens cidades universitárias, como repetidas vezes aconteceu em Paris, em Oxford e em Bolonha.

Nesses momentos, mais do que nunca, saltava à evidência que estas velhas escolas tinham perdido todo o carácter local, que outrora haviam possuído, e não podiam continuar sujeitas à simples autoridade dum bispo, dum município ou dum mosteiro. Frequentadas agora por uns milhares de estudantes, das mais diversas nacionalidades, colocadas ao serviço, já não dum simples município, dum convento ou duma diocese, mas da comunidade cristã universal, só o supremo árbitro das nações e chefe espiritual da Cristandade poderia dispor do prestígio suficiente para presidir aos seus destinos e para estabelecer o justo equilíbrio no jogo de interesses travado entre elas e as outras forças

vivas da comunidade local ou nacional, que a circundavam.

A intervenção da Santa Sé na vida destas novas corporações marca, por assim dizer, o momento culminante do processo consuetudinário da sua formação. A partir desse momento, o carácter universal da escola e a sua autonomia corporativa já não são, apenas, uma realidade de facto; são também uma realidade jurídica. É então que rigorosamente existe *uma Universidade*.

b) As universidades a que chamámos *ex secessione* são o produto duma separação ou secessão; constituem um verdadeiro desmembramento duma outra universidade já existente.

Para bem compreendermos este processo de formação de novas universidades, temos de explicar que a maior força da corporação universitária medieval residia na sua extrema pobreza de bens materiais. Não havia edifícios escolares, e o material didáctico resumia-se, todo ele, nuns quantos livros, que os próprios estudantes pacientemente copiavam, para uso próprio. As aulas davam-se nos claustros das sés e dos mosteiros, ou em modestas casas de aluguer, quando não sucedia de se

darem na própria praça pública, como aconteceu, segundo a tradição, com as prelecções de Irnério, em Bolonha.

A Universidade medieval pôde, assim, gozar duma completa liberdade de movimentos. Quando os incidentes de ordem social entre estudantes e burgueses impediam o regular funcionamento dos cursos, a Universidade levantava arraiais e ia instalar-se noutro lugar — quase sempre, numa cidade próxima.

Estas secessões terminavam, normalmente, pelo regresso da corporação escolar à cidade donde tinha partido. Mas a verdade é que esse regresso nem sempre se fez dum modo integral: — Por vezes, alguns mestres e escolares, que tinham acompanhado a Universidade na sua peregrinação, recusavam-se a regressar com ela ao ponto de partida, e ali ficavam, para todo o sempre, vivendo o mesmo espírito corporativo que antes viviam, e arrogando-se as mesmas regalias universitárias que antes possuíam.

A primeira Universidade formada por este processo foi a de Cambridge, nascida duma secessão da Universidade de Oxford, no ano de 1209, de-

pois de graves incidentes que culminaram no assassinato de alguns escolares pelos burgueses de Oxónia. E origem idêntica teve também a Universidade de Pádua, fundada em 1222, por virtude duma secessão ocorrida com a Universidade de Bolonha.

Estas universidades, a contrastar com as de formação consuetudinária, oferecem a particularidade de ter a sua origem numa data certa. São universidades fundadas, criadas *ex novo*; mas ainda, e apesar de tudo, fundadas sem uma intervenção estranha, criadas pela própria iniciativa da corporação escolar.

c) Em terceiro lugar, na ordem cronológica, aparecem as universidades *ex privilegio*, ou seja, aquelas que surgiram do nada, por efeito da simples deliberação dum soberano. Estas universidades, apesar de cumuladas de privilégios pelos seus instituidores, não tinham atrás de si, como as demais, o peso e o prestígio duma tradição; e, por isso mesmo, careciam duma confirmação pontifícia para não ficarem reduzidas a uma projecção puramente local. Só o papa as poderia elevar ao plano ecuménico das restantes, reconhecendo validade univer-

sal aos graus académicos por elas outorgados, que é como quem diz, autorizando-as a conferir aos seus licenciados, à semelhança das universidades tradicionais, o famoso *ius ubique docendi* — o direito de ensinar em qualquer parte.

A mais antiga Universidade deste tipo foi a de Palência, em Espanha, fundada pelo rei Afonso VIII de Castela, em 1212, mas que não logrou sobreviver para além do século XIII, ofuscada pela projecção que entretanto alcançara Salamanca. Alguns anos depois, surgia a Universidade de Nápoles, fundada em 1224 pelo imperador Frederico II, e, logo em seguida, a de Toulouse, criada pelo conde local, em 1229, a pedido do próprio papa. E, daí em diante, a criação *ex privilegio* passava a ser o caminho invariavelmente seguido, na formação de novos centros de ensino, de categoria universitária.

As universidades peninsulares pertencem todas a este tipo; e, se algumas delas ainda aparentam uma feição mista, por terem sido criadas sobre o alicerce duma escola eclesiástica local de certa projecção, como Palência e Salamanca, outras há que são criadas totalmente *ex novo* — e, nesse nú-

mero, está, sem dúvida, a Universidade portuguesa, que D. Dinis fundou em Lisboa, em 1 de Março de 1290, e que logo o papa confirmou, por uma bula de Agosto do mesmo ano. Na verdade, embora entre nós tenha havido, anteriormente, importantes escolas episcopais e monásticas, e embora a fundação da Universidade tenha resultado duma conjugação de esforços de vários abades de mosteiros e reitores de igrejas, o Estudo Geral dionisiano não se apoia, concretamente, na tradição ou no prestígio de nenhuma dessas escolas: é uma criação inteiramente nova.

### **3. Completa autonomia institucional da Universidade primitiva (séculos XII e XIII).**

Formadas espontaneamente, por desmembramento, ou por privilégio real e pontifício, as universidades do século XII e do século XIII apresentam, contudo, uma importante característica comum, e é essa que verdadeiramente interessa ao estudo que estamos a empreender: gozam de completa *autonomia institucional*.

Essa autonomia traduz-se, antes de mais nada, numa independência absoluta, para efeitos jurídicos e administrativos: — A Universidade é dotada de personalidade própria, tem selo privativo, governa-se por si, organiza o ensino a seu contento, escolhe livremente os seus mestres, e está fora da alçada da jurisdição ordinária, pois os seus membros — sejam mestres ou discípulos — têm o privilégio do foro eclesiástico, e, em certos casos, chega a criar-se para eles um foro especial: o chamado foro académico.

O governo da corporação universitária pode estar predominantemente na mão dos mestres, como sucede em Paris, ou na mão dos escolares, como sucede em Bolonha, e como sucede também na Universidade portuguesa. Duma forma ou doutra, é um governo autónomo e livre, que não está na dependência de nenhum poder superior. Os reis e os papas interferem na vida da Universidade para lhe dar a existência, ou, pelo menos, para a cumular de privilégios e regalias. Mas a sua intervenção fica por aí, ou estende-se, quando muito, ao exercício duma discreta protecção e arbitragem, nos momentos mais difíceis da vida da corporação. A Uni-

versidade, numa palavra, é um verdadeiro Estado dentro do Estado.

Mas a autonomia institucional tem ainda um outro aspecto, não menos importante. Além de *independência administrativa*, significa também, e sobretudo, *liberdade intelectual*. Sem dúvida que a Universidade tem uma norma de vida: está colocada integralmente ao serviço da comunidade cristã, e, por via dela, ao serviço da Igreja de Roma. Mas essa norma de vida não é o produto duma imposição doutrinal; é o resultado da aceitação livre e unânime dum mesmo ideal e duma mesma crença. A Universidade — melhor dizendo — tem a orientação doutrinal que livremente abraçou, e não está colocada ao serviço duma política ou duma crença particularista.

#### **4. Primeiras manifestações de declínio da autonomia universitária (séculos XIV e XV). Causas e efeitos.**

Destes dois aspectos da autonomia institucional da Universidade, o primeiro a abrir brecha, como é natural, foi o da independência jurídica e admi-

nistrativa da corporação. E a responsabilidade disso cabe, em grande parte, à própria Universidade: — Não se esqueça que foi ela, pela difusão das ideias romanísticas, uma das principais obreiras do fortalecimento do poder real, a que se assiste, em toda a Europa, desde o século XIII em diante. Sem dar-se conta, a Universidade, no fácil apoio dado ao neocesarismo, cavava a própria ruína da sua autonomia corporativa e preparava longinquamente o terreno para uma desgraça maior, que seria a consequência lógica daquela: a perda da sua independência doutrinal.

Os príncipes reinantes, no seu poder político crescente dos séculos XIV e XV, vão absorvendo, a pouco e pouco, o governo da corporação universitária, e cerceando as regalias e liberdades que tinham sido inicialmente seu apanágio. E as novas universidades, que então surgem, apresentam logo *ab initio* uma subordinação ao poder real que os séculos anteriores não conheceram. Os monarcas continuam a ser generosos para a corporação escolar; mas essa generosidade é concebida, agora, em novos termos: em vez de privilégios e liberdades, cumulam-na de rendimentos e de bens materiais;

e o preço que exigem — senão por palavras, pelo menos por actos — é uma progressiva renúncia às liberdades de outros tempos: — Arvoram-se o direito de nomear professores; interferem na administração universitária; tolhem aos mestres e escolares o direito de escolherem os reitores, colocando na reitoria uma alta personagem da sua confiança; e vão, por vezes, até ao ponto de se enquadrarem, eles próprios, na corporação universitária, investidos no novo cargo de protectores dos Estudos.

Esta progressiva perda de independência jurídica e administrativa não tem, no entanto, nesta época, nenhum reflexo de maior na liberdade intelectual da corporação. Pode ter um ou outro reflexo na sua liberdade política, na medida em que a Universidade passa a ficar vinculada, mais estreitamente, aos interesses políticos nacionais — e o apoio dado pela Universidade de Paris ao rei Filipe-o-Belo, no seu conflito com o papa Bonifácio VIII, é bem um símbolo desse fenómeno; mas, no aspecto doutrinal, a Universidade continua a ser livre e independente: não recebe directrizes do Estado, nem fazia mesmo sentido que recebesse, pois o Estado, nesta época, não tem ainda a veleidade

de se arvorar em doutrinador. Pelo contrário, em pontos de doutrina, é a Universidade que, repetidas vezes, imprime directrizes ao Estado, gozando junto dele duma influência e dum prestígio sempre crescentes.

**5. A Reforma protestante utiliza a força política do Estado para oprimir a Universidade, transformando-a num organismo estadual, ao serviço da heresia (século XVI).**

Mas a subordinação intelectual da Universidade ao poder político estava na sequência lógica dos acontecimentos, e tinha de produzir-se inevitavelmente, mais tarde ou mais cedo, como resultado da subordinação jurídica e administrativa, já verificada. Bastava, para tanto, que o Estado tomasse como própria uma doutrina nova, diferente daquela que até aí servira, e diferente daquela que a Universidade sempre abraçara. E foi o que veio a acontecer sob a Reforma protestante.

A Reforma protestante, como se sabe, não foi obra dos homens de estudo, e, muito menos, das corporações universitárias em que eles se achavam

congregados. Foi antes o produto duma quebra de prestígio da Igreja de Roma junto das massas populares, que um grupo de aventureiros políticos soube habilmente aproveitar, para fomentar nacionalismos nascentes e para estruturar em novos alicerces o poder absoluto dos príncipes.

A Universidade não gerou a Reforma, nem se prestou voluntariamente a servir os seus desígnios. Honra lhe seja! Não houve em toda a Europa — parece conveniente insistir bem nisto — uma única universidade que tenha aderido espontaneamente ao grito de revolta de Lutero. Colónia, Lovaina e Paris tiveram mesmo a coragem de condenar expressamente as suas doutrinas, antes ainda de a Santa Sé o ter feito.

Mas, se a Universidade não seguiu voluntariamente a Reforma, a verdade é que a Reforma não podia vencer sem o apoio da Universidade; e esse apoio, à falta de outro meio, ia conseguir-se pela força política do Estado: — Os príncipes alemães, que viam no movimento reformista uma excelente oportunidade de aumentar o poderio e a riqueza do Estado, pelo golpe vibrado no prestígio e na riqueza da Igreja, iam pôr ao serviço da heresia toda a

força política de que dispunham. A tarefa a realizar, para a conquista dessa poderosa arma intelectual, que era a Universidade, tinha de consistir, por um lado, em impor a observância e difusão da heresia às escolas universitárias já existentes, e em fundar, por outro lado, novos centros de ensino superior, inteiramente colocados ao serviço da Igreja reformada.

Wittenberg, Erfurt, Basileia, entre as universidades já existentes, foram as primeiras vítimas desta opressão intelectual, comandada pelo Estado, ao serviço da Igreja luterana, e pela Igreja luterana, ao serviço do Estado; Marburgo, Königsberg e Iena, as primeiras que expressamente se fundaram para servir o luteranismo, e para servir, através dele, os desígnios dos príncipes alemães.

Numas e noutras, o processo de opressão era sempre o mesmo: extinção de todos os velhos privilégios universitários, que porventura ainda existissem; subordinação administrativa total ao poder do Estado; exigência duma solene profissão de fé luterana a mestres e discípulos; censura prévia de todas as lições e conferências, que houvessem de ser proferidas na Escola.

O êxodo e a expulsão de professores e estudantes eram a consequência imediata que estas medidas acarretavam. Wittenberg, por exemplo, apesar de ser a Universidade onde ensinava Lutero, estava reduzida, desde 1521, a umas escassas dezenas de alunos; Erfurt, em 1523, não contava mais de quinze; e Basileia, que em 1528 não tinha senão um estudante matriculado, terminava por fechar inteiramente as portas, no ano imediato.

Mas, contra isto, encontrava o Estado um fácil remédio, na utilização dos bens que acabava de confiscar às congregações religiosas: — Instalações escolares sumptuosas, ricas bibliotecas, formadas com os livros dos mosteiros, pingues rendimentos, em favor das cátedras universitárias, profusão de bolsas de estudo, em favor dos escolares, eis o preço fácil, com que o Estado protestante, novo-rico, comprava a liberdade intelectual das suas escolas superiores.

Estas novas regalias de ordem económica não bastavam, porém, para apagar as tristes consequências da subordinação intelectual e política da Escola aos interesses do Estado e do luteranismo. E, durante mais dum século, a Universidade alemã vive

um período de absoluta decadência, de que só há-de sair quando se tiver libertado do proselitismo religioso dos primeiros tempos da Reforma.

## **6. Vida institucional da Universidade católica ao serviço da Contra-Reforma (séculos XVI e XVII).**

Nos países que permaneceram fiéis a Roma, o quadro é substancialmente diferente do que acabamos de descrever, pois o Estado continuou a ser católico, como até então, e a Universidade pôde, livremente, seguir a orientação doutrinal que sempre seguiu.

É certo que a Universidade tinha perdido também, nos países católicos, aquela autonomia administrativa plena que tinha sido seu apanágio nos tempos primitivos. Mas a sua independência intelectual, pelo menos de momento, não estava comprometida. Os monarcas nomeavam professores, consideravam o reitorado lugar da sua confiança, reservavam-se o exclusivo de aprovar e reformar os estatutos, e intervínham, a cada passo, directamente, na administração interna das universidades.

Mas não tinham necessidade de lhes impor, pela força, uma certa orientação doutrinal, pela razão simples de que elas seguiam, espontaneamente, aquela mesma orientação doutrinal que era do agrado do Estado.

Houve, sem dúvida, uma ou outra vez, necessidade de reprimir abusos, e o Estado não hesitou em pôr a sua força política ao serviço dessa repressão. Mas o que importa acentuar é que, diferentemente do sucedido nos países protestantes, esta intervenção do Estado nunca teve o carácter duma intervenção doutrinal activa, mas apenas o duma discreta e indispensável acção repressiva, exercida em defesa e a contento da própria corporação universitária. Por outras palavras: o Estado não teve que sobrepor-se à Universidade, ditando-lhe, como nos países protestantes, as disciplinas a ensinar e as disciplinas a banir, as posições doutrinárias a adoptar e as posições doutrinárias a combater; teve apenas que ajudá-la a defender-se de abusivas intromissões de elementos isolados, que punham em risco, com atitudes pessoais menos reflectidas, a unidade de pensamento da corporação.

À parte esta acção repressiva, apenas há a assinalar, no domínio doutrinal, uma certa atitude de prudência, alicerçada nos esforços conjugados do Estado e da própria corporação universitária, quanto ao recrutamento dos professores a quem se confiavam as cátedras que mais de perto se prendiam com o dogma católico. Essa atitude de prudência teve como expressão mais saliente a franca abertura das cátedras universitárias às congregações religiosas, designadamente à Companhia de Jesus — essa heróica guarda-avançada da catolicidade —, a que um bom número de universidades europeias ficou devendo, nesta época, serviços inestimáveis.

Feitas embora estas reservas, pode afoitamente afirmar-se que a Universidade dos países católicos, durante os séculos XVI e XVII, gozou duma autonomia institucional que a Universidade protestante da mesma época esteve longe de desfrutar. A intervenção do Estado na sua vida jurídica e administrativa, aliás sempre menor que nos países protestantes, não chegou a resvalar, como nestes, para o caminho duma verdadeira opressão doutrinal. — A Universidade dos países católicos serviu, nesta época, o ideal da Contra-Reforma; mas serviu-o

deliberadamente, nos mesmos termos em que, na Idade Média, por sua livre vontade, tinha servido o ideal da cristandade indivisa. Não se esqueça que é sob o signo da Contra-Reforma, livre e conscientemente ao serviço dela, que as universidades peninsulares têm o seu período áureo, atingindo a primazia intelectual do mundo. Coimbra, Salamanca, Valladolid e Alcalá, no século de quinhentos e no começo de seiscentos, comandam os estudos universitários, abrem novos rumos às ciências divinas e humanas, fazem nascer novas disciplinas científicas e são o centro de atracção das atenções de todo o mundo culto, na mesma época em que as universidades da Europa Central e do Norte, dominadas pela Reforma protestante, estagnavam na mais humilhante decadência.

**7. As reformas universitárias do despotismo esclarecido, designadamente a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (século XVIII). O ensino universitário como ensino do Estado ao serviço do Estado.**

A data marcante, que imediatamente se segue, na vida institucional da Universidade é a das Re-

formas do século XVIII, levadas a cabo pelo despotismo esclarecido, sob a inspiração do movimento iluminista.

Desta vez, eram as universidades dos países católicos que iam sofrer o peso da opressão do Estado, de que as universidades protestantes já tinham sido vítimas dois séculos antes. A filosofia das Luzes, que dominou todo o século da Revolução Francesa, tomava, nos países de forte tradição católica, como é sabido, uma feição essencialmente pedagógica e reformista. Em vez de revolucionário, anti-histórico e anti-religioso, como o iluminismo dos enciclopedistas franceses, estoutro iluminismo era dominado pela ideia de reforma — sobretudo, reforma do ensino —, dentro duma orientação onde se tentassem conciliar as ideias racionalistas e utilitaristas do século com a fé católica tradicional.

Mas essa reforma do ensino, a que se aspirava, não era uma reforma que partisse de dentro para fora, que surgisse espontaneamente da própria Universidade, como resultado normal duma evolução das ideias; era uma reforma partida de fora — uma reforma imposta despoticamente pelo Estado, na

total onipotência que lhe pertencia, segundo o pensamento político da época.

E o Estado prestou-se facilmente a servir os ideais deste iluminismo reformista. Chamou a si a tarefa de realizar a reforma do ensino, dentro da orientação que o iluminismo lhe apontava, e disposto a usar a plenitude da sua força política para levar essa tarefa até ao fim, ainda que fosse necessário, para tanto, acabar com os últimos restos da autonomia institucional da Universidade.

Foi este o espírito que inspirou as reformas universitárias de Maria Teresa de Áustria, e que igualmente presidiu à Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra.

Não nos recusaremos a reconhecer os benefícios que estas reformas trouxeram para o progresso do ensino de certas disciplinas, até aí inteiramente descuradas. Mas, neste momento, em que estamos a tratar apenas da vida institucional da Universidade, o que interessa frisar é que elas vibraram o golpe de morte na autonomia universitária. Quem queira certificar-se disso, leia os Estatutos pombalinos de 1772 e a correspondência travada, a propósito da execução dos mesmos, entre o onipotente

ministro D. José e o reformador-reitor D. Francisco de Lemos.

O Estado não se limita a interferir na vida administrativa da Universidade, como nos velhos tempos de D. João III. Não se contenta, mesmo, com uma intervenção doutrinal de carácter genérico, indicando à Universidade que disciplinas deve ensinar e que orientação geral deve seguir no seu ensino. Organiza, para cada cadeira, um programa minucioso, apontando *pari passu* as matérias que devem ser ensinadas e as matérias que deve evitar-se que o sejam, as correntes doutrinárias que devem ser perfilhadas como verdadeiras e as que devem ser rejeitadas como falsas. Mais que isso: para evitar possíveis desvios da linha traçada, manda adoptar, em cada cadeira, um compêndio pré-fabricado e chega ao ponto de mandar introduzir «alterações, mudanças e supressões» — a linguagem é do próprio Marquês — em alguns compêndios adoptados, sem o menor respeito pelo pensamento do autor, de molde a adaptá-los ao espírito da reforma e a permitir a sua utilização no ensino universitário.

Numa palavra: o Estado arvorou-se em doutrinador; considerou-se a si próprio o primeiro dos

mestres, e entendeu que devia ser despótico no ensino, como era despótico na política. A Universidade, que começara por ser, na Idade Média, um Estado dentro do Estado, acabava sendo um organismo estadual, exclusivamente ao serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado.

## **8. Da Revolução Francesa aos nossos dias: crise institucional da Universidade.**

As nefastas consequências desta abusiva intromissão do Estado na vida da Universidade haviam de ser uma das características fundamentais da história universitária, desde a Revolução Francesa até aos nossos dias.

A Revolução teve, sem dúvida, larguíssimas consequências, quanto à orientação do ensino, sobretudo no sentido da sua laicização. Mas, na história institucional da Universidade, é um simples episódio, perfeitamente enquadrado no espírito do século, dentro da orientação posta em movimento pelo despotismo esclarecido. A ideia de que o ensino universitário é um ensino do Estado, ao serviço do

Estado, é uma herança que a Revolução recebe do iluminismo e que transmite intacta à Era napoleónica, que vai dar-lhe realização plena com o monstruoso organismo da chamada *Universidade imperial*, cujo modelo vários Estados europeus se apressam a copiar.

Desde então até hoje, em todos os países que receberam a influência da Revolução Francesa ou das águias napoleónicas, nunca mais o Estado largou mão do ensino universitário; e nunca mais deixou de aceitar, como um dogma, que ele deve estar subordinado, não apenas à sua fiscalização administrativa, mas à sua própria fiscalização doutrinal.

O Estado liberal do século XIX, neste aspecto, foi discípulo fiel do despotismo esclarecido e do imperialismo napoleónico. Recordemos só, a título de exemplo, que a vitória liberal se inaugura, entre nós, com a demissão colectiva de 46 lentes da Universidade de Coimbra, pois o Estado continua a entender, como no tempo de Pombal, que o ensino universitário tem de estar doutrinalmente ao seu serviço.

A Universidade reagiu, como pôde, contra esta subordinação; mas, à força de reagir inutilmente, foi-a aceitando, a pouco e pouco, como um facto consumado. E essa foi, por certo, para a vida universitária, a consequência mais desastrosa da orientação política seguida pelo Estado, desde o século XVIII até hoje: — Generalizou-se o pensamento de que o Estado, reclamando todos os direitos, deve arcar com todas as responsabilidades do êxito ou do insucesso do ensino universitário (e o mesmo poderia dizer-se, *mutatis mutandis*, dos outros ramos do ensino). O desleixo do Estado em não fornecer, em não impor, em não fiscalizar, tornou-se, na boca de muitos, a explicação para todas as deficiências do ensino, ou a fácil desculpa para encobrir o desleixo próprio. Como se a principal reforma da Universidade não tivesse de partir de dentro — não tivesse de partir de todos nós, professores e estudantes, que tantas vezes procuramos esconder as responsabilidades que, nessa tarefa, nos cabem.

Urge colocar novamente, e com toda a agudeza, o problema. Os tempos já não permitem, evidentemente, um regresso total à antiga autonomia universitária. Mas é necessário marcar os justos limi-

tes em que deve enquadrar-se a intervenção do Estado na vida da Universidade, e restabelecer, para além deles, a vida institucional e o espírito corporativo, que a fizeram grande noutras eras, e que hão-de garantir a sua grandeza nos séculos vindouros.

## OS «FINS DA UNIVERSIDADE» AO LONGO DA HISTÓRIA

**9. A missão da Universidade medieval: a) Ensino dos conhecimentos indispensáveis para o exercício das altas profissões; b) Formação dos quadros científicos das disciplinas cultivadas; papel exercido, a esse respeito, pela escolástica; c) Hierarquização dos conhecimentos humanos, dentro de um conceito unitário da ciência.**

*a)* Entre os fins da Universidade medieval, aquele que mais avulta e mais ligado lhe há-de ficar, pelos séculos fora, até aos nossos dias, é o da preparação dos escolares para o exercício das profissões.

Não se trata, de resto, duma inovação, pois já tinha sido essa a missão específica das escolas que a Igreja sustentou, desde os começos da Idade Média. Se alguma coisa de novo há a assinalar

neste aspecto, é apenas o facto de algumas profissões terem tomado, no século XII, uma importância até aí unsuspeitada, o que obrigou a dar ao ensino de certas disciplinas, nas novas escolas universitárias, um relevo que elas nunca tinham tido nas escolas da Alta Idade Média. Estas escolas preparavam, quase exclusivamente, para as profissões eclesiásticas, ao passo que as Universidades, sem esquecer a preparação para essas profissões, têm de preparar igualmente, e em avultado número, os legistas, os canonistas, os médicos e os outros profissionais que a sociedade da época requer.

*b)* Não se limita, porém, a Universidade medieva a fornecer esta preparação profissional dentro dum espírito rotineiro de pura transmissão de ciência feita. A Escola toma, então, plena consciência de que um dos seus fins deve ser o de realizar um esforço colectivo para o progresso do saber e, sobretudo, para a formação dos quadros científicos das disciplinas ensinadas. E aqui, sim, que estamos em face de alguma coisa nova, que só a título excepcional se pode encontrar nas escolas dos tempos anteriores. Dir-se-ia que os homens de estudo

foram dominados por um espírito de ordem e de arrumação científica até então desconhecido. Ao velho espírito casuístico, que tinha caracterizado a tradição escolar da Antiguidade e da Alta Idade Média, ia sobrepor-se, agora, o *espírito de síntese*, a preocupação dos conceitos, dos grandes princípios, das grandes construções teóricas. E era a essa luz que se estudavam os problemas concretos, dentro dum perfeito enquadramento sistemático e dum rigoroso encadeamento lógico. Quer dizer: a missão da Universidade medieval, dentro deste novo espírito que a domina, não é apenas ensinar os escolares a resolver os problemas que a profissão há-de suscitar-lhes; é também, e sobretudo, ensinar-lhes a justa colocação e hierarquização desses problemas no quadro unitário da ciência que cultivam.

O chamado «método escolástico» foi, sem dúvida, o mais importante dos instrumentos postos ao serviço deste novo ideal, que caracteriza as universidades da Idade Média. Foi sob o seu impulso que a filosofia se orientou para mais altos rumos e que a teologia se elevou à categoria duma verdadeira

ciência. E foi com apoio nele — embora, cronologicamente, só um pouco mais tarde — que os juristas da escola bartolista conseguiram lançar as bases da ciência jurídica moderna.

c) Mas este *espírito de síntese* não se manifestava apenas dentro de cada ciência isoladamente; dominava as próprias ciências, no seu conjunto. A Universidade, por outras palavras, não se contentava em hierarquizar problemas e sistematizar conhecimentos, dentro de cada uma das disciplinas que faziam parte do seu ensino; procurava estabelecer a ligação das próprias ciências, umas em relação às outras; hierarquizá-las entre si, dentro duma visão harmónica e unitária do saber humano.

Encarada sob este aspecto, a Universidade medieval foi a expressão duma *universitas scientiarum* — duma escola, síntese de escolas; duma ciência, síntese de ciências — como no aspecto institucional conseguia ser a expressão perfeita duma *universitas magistrorum et scholarium*.

Na base desta hierarquização científica das disciplinas universitárias estavam as disciplinas prepara-

tórias, que constituíam o *trivium* e o *quadrivium*, e que recebiam, no seu conjunto, a denominação de *artes liberais*. A elas se seguiam as ciências propriamente ditas, objecto das várias Faculdades, numa síntese destinada a conhecer os problemas do homem na ordem dos seres criados — objecto da *filosofia* e da *medicina* —, os problemas do homem nas suas relações com os outros homens — objecto do *direito* — e, no cume da escala, os problemas do homem e da natureza nas suas relações com Deus — objecto da *teologia*.

Só à luz desta síntese se compreende que uma disciplina puramente empírica, como a medicina, tenha adquirido, logo nesta época, categoria universitária, ao lado de disciplinas essencialmente especulativas, como a teologia e o direito. Da preocupação de conhecer o homem como criatura, no seu duplo aspecto de matéria e movimento, nasceram a anatomia e a fisiologia; e, à sombra delas, se geraram e desenvolveram, a pouco e pouco, os demais ramos da medicina, como ciência com um lugar próprio, no quadro das disciplinas universitárias.

**10. O Humanismo abre novos horizontes à missão da Universidade (séculos xv e xvi): a) Integração de novas disciplinas no ensino universitário; b) Desenvolvimento do espírito crítico e rejuvenescimento das disciplinas tradicionais.**

O Humanismo quatrocentista veio rasgar novos horizontes à missão da Universidade. O crescente interesse dos eruditos pelo conhecimento da Antiguidade clássica — característica fundamental do Humanismo — foi dominado por uma ideia, que já não era nova, porque provinha, justamente, da Antiguidade grega e latina: cultivar as artes pelas artes; buscar a cultura literária e científica como puro diletantismo intelectual, independentemente do proveito imediato duma melhor preparação para o exercício das profissões.

a) A generalização dessa ideia veio dar um incremento notável a determinadas disciplinas, que, antes disso, não eram praticamente objecto de atenção por parte dos estudiosos, como a história, a filologia, a crítica literária, etc.; e havia de ter, como última e benéfica consequência, o alargamento dos quadros universitários ao ensino dessas disciplinas.

Não se julgue, porém, que foi tarefa simples convencer a Universidade a dar-lhes guarida. As humanidades começaram por ter acolhimento em escolas independentes, expressamente fundadas para o seu estudo, ou em estabelecimentos anexos às universidades, como os famosos colégios universitários, e só daí transitaram para a própria Universidade, depois de vencida uma resistência que, por vezes, durou dezenas de anos. É que a ideia que estava na base destas novas disciplinas — o diletantismo intelectual, o estudo das artes pelas artes — não conseguiu dominar a Universidade, senão a título muito excepcional. E, por isso mesmo, as novas disciplinas cultivadas pelo Humanismo só acabavam por encontrar aí aceitação quando a corporação universitária terminava por convencer-se da enorme importância que elas, afinal, possuíam, para uma melhor aprendizagem das disciplinas tradicionais e para o progresso destas mesmas disciplinas.

Nesta elevação das humanidades à categoria de disciplinas universitárias, tiveram um papel importantíssimo a desempenhar as universidades jovens, como Florença, Lovaina, Alcalá e Tübingen, que

lhes abriram as suas portas de par em par, e que, por vezes, foram fundadas *ex professo* para lhes dar acolhimento. Estas novas escolas, porque não tinham atrás de si, como as demais, o peso e a responsabilidade duma tradição gloriosa, podiam arriscar tudo por tudo, e colocar a sua juventude — digamos assim — ao serviço duma experiência a que as velhas universidades não ousariam submeter-se de ânimo leve. Os êxitos rapidamente por elas alcançados serviam de exemplo e incentivo às universidades tradicionais e acabavam por vencer, mais tarde ou mais cedo, a resistência inicialmente oferecida por estas ao ensino das humanidades.

b) Não foi este, porém, o único benefício que a Universidade colheu do movimento da Renascença. A criação de novas disciplinas científicas foi acompanhada, nestes recuados tempos do século xv e do século xvi, da formação dum vigoroso espírito crítico, que deu aos homens de estudo um inconformismo com a ciência feita e uma ânsia de renovação doutrinal altamente benéficas para o progresso científico. Sob a influência desse espírito crítico e com o apoio das novas disciplinas humanistas, as velhas ciências de tradição universi-

tária foram objecto dum completo rejuvenescimento, quando não sucedeu serem objecto duma verdadeira revolução. Sem o Humanismo, por exemplo, não teria sido possível a grande renovação filosófica e teológica operada na Península, durante o século XVI, nem teria podido formar-se a famosa escola cuzaciana, que rasgou horizontes inteiramente novos e imprevisos ao progresso da ciência jurídica. A própria medicina recebe então um impulso decisivo, com o progresso verificado nos estudos anatómicos, a que o culto pela arte clássica viera dar um novo interesse.

## **11. Os fins da Universidade na Era da Reforma e da Contra-Reforma (séculos XVI e XVII).**

A evolução da Universidade, dentro da linha ascensional que acabamos de descrever, é brusca-mente interceptada, nos começos do século XVI, pela Reforma de Lutero. Colocada exclusivamente ao serviço dum fim político e religioso, a Universidade dos países reformados entra, desde logo, em franco declínio literário e científico, porque toda

a organização do ensino passa a ser dominada por aquele objectivo, e as disciplinas que não têm, para o efeito, um papel concreto a desempenhar são votadas a um progressivo abandono, quando não são expressamente banidas do ensino universitário. As próprias disciplinas formativas, deixando de ser cultivadas livremente, para receberem o selo obrigatório duma certa orientação doutrinal, entram em completa decadência, obrigando os espíritos cultos da Renascença a identificar o luteranismo com a ruína das letras: «UBICUMQUE REGNAT LUTHERANISMUS IBI LITTERARUM EST INTERITUS», dizia Erasmo, numa expressiva e perfeita síntese deste quadro desolador.

A Universidade da Contra-Reforma ressentiu-se muito menos deste defeito; mas não conseguiu fugir de todo a ele. Pode dizer-se que a decadência literária e científica não a atingiu, enquanto ela, ao serviço do ideal católico, se manteve numa posição francamente ofensiva, fornecendo directrizes à própria Contra-Reforma, com os ensinamentos das suas escolas filosóficas e teológicas, sem aguardar, passivamente, que a Contra-Reforma lhe imprimisse directrizes a ela. Convém acentuar, na verdade, que

a Contra-Reforma católica, ao contrário da Reforma protestante, não foi um movimento imposto à Universidade de fora para dentro, mas um movimento que nasceu, em grande parte, da própria renovação que os estudos filosóficos e teológicos, sob a acção benéfica do Humanismo, atingiram nas universidades dos países católicos, desde os começos do século XVI. Quer dizer: se a Reforma foi uma causa de ruína das letras, a Contra-Reforma foi, em grande parte, um produto do brilho que as mesmas letras, noutros países, atingiram.

A decadência literária e científica só mais tarde, no decurso do século XVII, havia de atingir a Universidade dos países católicos, quando ela, por uma errada compreensão das coisas, abandonou a posição de vanguarda, que tinha mantido no século anterior, e se retraiu para uma posição puramente defensiva. Em vez de continuar a servir a Contra-Reforma duma maneira activa, cultivando largamente as ciências humanas e divinas, com vista a um constante rejuvenescimento do ideal católico, a Universidade fechou-se sobre si mesma, limitando-se a defender o dogma católico das investidas estranhas, e deixou-se dominar pelo espec-

tro da heterodoxia, repelindo energicamente todas as suspeitas tentativas de renovação doutrinal ou de inovação científica.

**12. A Universidade alarga o seu campo de acção ao ensino das ciências da natureza e à investigação científica (séculos xvii e xviii).**

É este retraimento que explica, em grande parte, à resistência oferecida pelas universidades ao ensino das ciências da natureza, cujos progressos atingiram, nesta época, grandes proporções, nos meios científicos extra-universitários. Na Itália, onde a subordinação administrativa e intelectual da Universidade ao poder do Estado não era tão acentuada, as ciências físicas foram acolhidas no ensino universitário, logo desde fins do século xv. Mas, nos demais países da Europa, o ensino científico ia tardar dezenas de anos a conquistar a Universidade, porque esta, colocada ao serviço da Reforma protestante ou ao serviço da Contra-Reforma católica, não encontrava nenhuma utilidade imediata nesse ensino, para o preenchimento dos fins que

se propunha. E a isso acrescia que essas novas disciplinas, numa fase de pura formação, não continham ainda a ordenação sistemática suficiente para poder figurar ao lado de outras disciplinas universitárias, de quadros científicos perfeitamente delineados.

O ensino científico, por isso mesmo — e à semelhança do que aconteceu, por ocasião da Renascença, com o ensino literário —, ia ser acolhido, primeiro, nas Academias e Colégios de recente fundação, só daí transitando para a Universidade propriamente dita, quando foi vencida a dupla dificuldade acabada de apontar, isto é, quando começou a declinar, na Universidade, o proselitismo religioso e quando essas disciplinas, já devidamente reduzidas a um sistema de conhecimentos, conseguiram ocupar o lugar competente, na escala hierárquica dos vários ramos do saber humano.

Tal como aconteceu com a introdução das humanidades no ensino universitário, coube a duas universidades jovens, no decurso do século xvii, a ingrata missão de servir de campo experimental ao ensino das ciências da natureza, dando assim o exemplo às universidades tradicionais, que se man-

tinham, a esse respeito, em atitude de prudente expectativa. Queremos referir-nos às Universidades de Leyden (nos Países Baixos) e de Edimburgo (na Escócia), fundadas nos últimos anos do século XVI. Diferentemente das universidades até então criadas nos países protestantes, Leyden e Edimburgo nascem mais para servir a ciência do que para servir a Reforma. Embora não estejam, no seu começo, de todo libertas do fanatismo religioso, não se lhes torna difícil libertar-se progressivamente dele, e abrem francamente as portas, durante o século XVII, ao ensino científico, paredes meias com o ensino das disciplinas universitárias tradicionais. E o seu exemplo, em face dos brilhantes frutos obtidos, não tardaria a ser imitado pelas velhas universidades.

Não bastava, porém, alargar a missão da Universidade ao ensino das ciências da natureza; era necessário incluir também a investigação científica entre os fins específicos da actividade universitária. E, aqui, o obstáculo a vencer era, sem dúvida, de maior vulto, pois tratava-se duma forma de actividade inteiramente nova. Ao dar acolhimento ao ensino das humanidades, primeiro, e ao en-

sino das ciências da natureza, mais tarde, a Universidade alargou o seu campo de acção, mas sempre dentro da sua missão específica tradicional: a missão de ensinar — a missão de transmitir aos escolares as aquisições definitivas da ciência. A livre investigação — embora fosse, por vezes, objecto de curiosidade intelectual de algum professor, isoladamente — não tinha que ser objecto da actividade universitária como tal, pois a Universidade não tinha que ocupar-se de tarefas de resultado duvidoso ou de problemática utilidade social.

O caminho seguido, porém, para vencer este obstáculo foi ainda o mesmo que se utilizara, com êxito, para vencer a resistência da Universidade ao ensino das disciplinas humanistas e das ciências da natureza: — Depois dum período preparatório, em que a livre investigação domina os estabelecimentos extra-universitários, designadamente as academias científicas, aparece uma universidade jovem — no caso concreto, a Universidade de Göttingen, fundada nos começos do século XVIII — a apresentar, arrogantemente, como primeiro dos seus objectivos, conciliar a investigação científica com o ensino. O seu exemplo começa logo, a pouco e

pouco, a ser imitado pelas restantes; e a investigação científica acaba por ocupar, em todas as universidades dos tempos modernos, um dos principais lugares, na lista dos fins que a actividade universitária se propõe.

### **13. Sob o signo do utilitarismo: a Universidade perante a Revolução Francesa e o Estado liberal do século XIX. Progressiva laicização do ensino universitário e suas consequências.**

No entanto, o século XVIII — o mesmo século XVIII que acabava de beneficiar a Universidade, alargando o seu campo de acção à investigação científica — ia mutilá-la gravemente, roubando-lhe, sob o signo do racionalismo e do utilitarismo, a mais nobre das funções que, desde a Idade Média, lhe competiam: a missão de realizar a síntese das ciências, de estabelecer a sua interdependência, e, sobretudo, de as hierarquizar umas em relação às outras, dentro duma visão unitária do saber humano.

Por influência das ideias iluministas, primeiro, e por influência directa da Revolução Francesa, logo

em seguida, opera-se uma verdadeira inversão de valores, dentro da Universidade, passando a ocupar a primazia aquelas disciplinas que têm utilidade prática imediata para o progresso material e económico, e relegando-se para um plano secundário as disciplinas puramente especulativas e formativas. A teologia e a filosofia, ou deixam de todo de ser cultivadas nas escolas superiores, ou então, quando permanecem, passam a ter aí um valor puramente simbólico, deixando de representar o fecho da abóbada, a verdadeira síntese de todas as demais disciplinas universitárias, para ficarem colocadas em pé de igualdade com elas, ou de todo apagadas pela projecção agora dada ao seu ensino.

O racionalismo e o individualismo, a que as ciências jurídicas ficam então submetidas, e o materialismo, que começa a dominar as ciências médicas e as ciências naturais, vêm completar o quadro da desagregação das disciplinas universitárias, que há-de consumir-se no século XIX, sob a égide do Estado liberal, agnóstico e laicizante: — A Universidade deixa de formar homens, para passar puramente a criar técnicos; deixa de ser a *universitas scientiarum* de outros tempos, para passar a

ser, simplesmente, um amontoado desconexo de cursos superiores especializados.

As disciplinas que só atingiram nível superior depois desta fragmentação do ensino universitário — como a engenharia, a agronomia, as ciências políticas e económicas, etc. — foram encontrar aí uma barreira intransponível, para a aquisição de verdadeira categoria de disciplinas universitárias. Passaram a ser ensinadas em escolas superiores; e estas, por deliberação soberana do Estado, foram integradas à força na Universidade, ao lado das Faculdades tradicionalmente existentes. Mas a Universidade não se encontrava já em condições de poder absorvê-las, como tinha absorvido, noutro tempo, as disciplinas humanistas e as ciências da natureza, pois a sua missão de hierarquizar e relacionar os conhecimentos humanos, dentro duma visão total e unitária da ciência, tinha passado à história. Simples soma aritmética de escolas superiores, a Universidade dos nossos dias assistiu impassível à integração, no seu seio, dessas novas escolas, vendo nelas, simplesmente, outros tantos cursos especializados, que vieram acrescentar-se aos cursos já existentes.

Esta desarticulação do ensino universitário, sob cujo domínio continuamos a viver, corre o risco de assumir proporções alarmantes: os jovens diplomados saem da Universidade apetrechados duma soma de conhecimentos invejável; mas, em compensação, entram na vida de olhos inteiramente vendados, quanto ao importante problema de saber o justo lugar que esses conhecimentos técnicos ocupam na hierarquia dos vários ramos da ciência. A Universidade dos nossos dias, para ser digna do seu nome e fiel às suas tradições, tem de voltar a pôr em primeiro lugar este objectivo, mesmo que, para tanto, seja necessário aligeirar a preparação de ordem técnica que lhe incumbe dar aos estudantes.

As Universidades católicas são chamadas a desempenhar, neste domínio, um papel preponderante. E foi esse, aliás, o pensamento fundamental que presidiu à sua criação, desde o século XIX, e que tem levado a Igreja, como Mãe solícita, a multiplicá-las por todo o orbe. A elas compete realizar a síntese das ciências e a sua hierarquização, dentro do único critério possível de verdade — o que faz convergi-las a todas em Deus, fonte da sabedoria infinita —, dando assim o exemplo às univer-

sidades oficiais, enquanto estas, por força da inércia, por cobardia intelectual, ou por demasiada subordinação ao pensamento agnóstico do Estado, não quiserem ou não puderem reassumir a missão histórica, que, durante séculos e tão nobremente, neste domínio, desempenharam.

## **COMO ENCAROU HISTORICAMENTE A UNIVERSIDADE AS SUAS «RESPONSABILIDADES SOCIAIS»**

- 14. Como desempenhou a Universidade a sua missão social de colocar a cultura superior ao serviço da comunidade: a) Na Idade Média; b) Desde a Renascença; c) Desde o século XVIII.**

A Idade Antiga não chegou a tomar consciência das responsabilidades que impendem sobre os homens de estudo. Não se contesta que alguns homens, isoladamente, tenham conseguido aperceber-se dessas responsabilidades, e tenham procurado, cada um por si, assumi-las dignamente, pondo o seu saber ao serviço da sociedade em que viveram. Mas o que não houve foi uma consciência colectiva dos gravíssimos deveres de ordem social que impendem sobre os profissionais do estudo. O culto das artes pelas artes, sem um rumo definido, sem

um objectivo social a preencher, foi a nota característica que dominou as escolas particulares e oficiais da Antiguidade grega e romana.

a) Na Alta Idade Média, o estudo das letras e das artes passa a ter um objectivo bem determinado: servir a Igreja, através duma melhor preparação para o exercício das profissões eclesiásticas. Surge assim, pela primeira vez, um determinado *sentido social*, na actividade da gente de estudo, na medida em que servir a Igreja representa já, de certo modo, servir a Sociedade. Mas só no século XII é que esse *sentido social* há-de amadurecer plenamente, quando os espíritos cultos se compenetraram de que a sua actividade, até para melhor serviço da Igreja, deve ser orientada num plano mais vasto, colocando-se ao serviço integral da comunidade cristã, ou seja, servindo essa comunidade em todos os sectores que possam interessar à plena realização do *homo christianus*, no domínio individual, no domínio social e no domínio sobrenatural.

Dizer quais foram as causas que contribuíram para a formação desta consciência colectiva sobre os deveres sociais da gente de estudo, seria repe-

tir o que atrás dissemos sobre a origem da Universidade, tão estreitamente ligados os dois factos se encontram entre si. Pode, de facto, afirmar-se que a Universidade não é mais do que uma expressão desta nova consciência social que se apoderou das grandes escolas do século XII.

Repare-se, porém, que a Universidade medieval, nesta importante tarefa de colocar a cultura superior ao serviço da comunidade, não faz qualquer distinção entre comunidade nacional e comunidade internacional. A comunidade que ela serve é, simplesmente, a *comunidade cristã*, e, só através da comunidade cristã universal, ela serve também as diferentes *comunidades nacionais*, na medida em que estas são uma fiel reprodução daquela.

Isto significa que as disciplinas de puro interesse nacional não podem aspirar, de modo algum, nesta época, a ter categoria universitária. Seria absurdo pensar em que uma universidade medieval se ocupasse, por exemplo, do estudo da língua pátria ou do ensino do direito nacional. As disciplinas que a Universidade ensina são apenas as que possuem valor universal, o que equivale a dizer que o ensino universitário é igual em toda a parte: — Entre

um licenciado de Coimbra ou de Salamanca e um licenciado de Bolonha ou de Oxónia, pode haver diferenças no grau dos conhecimentos adquiridos, mas não haverá qualquer diferença de formação intelectual, porque a orientação dos cursos que seguiram é exactamente a mesma. Só dentro deste quadro, aliás, é possível compreender o famoso *ius ubique docendi*, que a Universidade outorgava aos seus licenciados, e que é a expressão mais completa do carácter ecuménico do ensino universitário medieval.

b) Esta plena identificação entre os valores culturais de cada país e os da comunidade cristã universal havia de quebrar-se, porém, a partir do Renascimento e, sobretudo, a partir da Reforma protestante. A Universidade continua consciente da sua missão de colocar a cultura superior ao serviço da comunidade; mas existe agora, dentro dela, sob esse aspecto, um verdadeiro desdobramento de actividades: continua a servir a cultura ecuménica, na medida em que continua dedicada ao estudo e ao ensino das disciplinas de valor universal; mas, na parte mais nobre da sua tarefa, ou seja, no estudo e ensino das disciplinas do espírito, encontra-

-se impossibilitada de realizar uma obra de interesse universal, porque a unidade da cultura cristã tinha deixado de existir: — Desde este momento, a Universidade, ou serve, simplesmente, a cultura particularista duma Nação — como é o caso das universidades protestantes —, ou serve uma cultura que, embora de carácter supernacional, já não tem a universalidade que até então possuía — como é o caso das universidades dos países católicos.

Dentro deste quadro, o *ius ubique docendi* da Universidade medieval deixa de ter qualquer sentido, e desaparece no número das instituições obsoletas, pois o ensino universitário é agora profundamente diferente, dum país católico para um país protestante, ou dum país luterano para um país calvinista ou anglicano.

À Universidade cabe, porém, ainda, nesta época, o grande mérito de ter remediado, na medida do possível, o desentendimento entre as Nações da velha Europa, que forçosamente tinha de produzir-se, como consequência deste brusco ruir da sua unidade cultural. Foi essa, pode dizer-se, na viragem da história a que estamos a referir-nos, a mais pesada das suas responsabilidades perante a comu-

nidade internacional. E a Universidade soube enfrentá-la corajosamente, lançando as bases duma nova disciplina de transcendente importância: o direito internacional público. Quer a Universidade católica, primeiro, quer a Universidade protestante, depois, não se pouparam a esforços, no sentido de prestar à comunidade internacional esse serviço de que ela carecia então, acima de qualquer outro.

c) Durante o século XVIII, a evolução que se tinha iniciado com a Renascença e com a Reforma acaba de consumir-se. Por influência do iluminismo e do utilitarismo, expressos nas reformas do despotismo esclarecido e nas reformas nascidas da Revolução Francesa, a Universidade passa a ser uma instituição puramente nacional. Só serve a comunidade internacional na medida em que estuda e divulga certas disciplinas de interesse comum a todas as nações; em tudo o resto, está exclusivamente ao serviço dos valores culturais de cada nação. Até essa data, embora tendo perdido o seu carácter de instituição ecuménica, a Universidade ainda tinha conservado, pelo menos nos países católicos, um certo carácter supernacional. Mas,

agora, perde inteiramente esta índole, nos próprios países católicos.

Os reflexos desastrosos que esta nova orientação há-de ter para as relações culturais entre os povos, saltam à vista, agravados ainda com o progressivo abandono do latim como língua científica: — Noutro tempo, os homens de estudo serviam um mesmo ideal e uma mesma cultura, e entendiam-se numa língua comum. No advento do século XIX, passam a viver fechados no pequeno mundo da cultura do seu país, e desconhecem, as mais das vezes, o labor científico que se desenvolve no país vizinho. Quando querem reagir contra este isolamento, vêm-se obrigados a estudar os idiomas estrangeiros e a adaptar o seu espírito à compreensão duma cultura estranha, quantas vezes profundamente diversa da sua. Como, porém, se lhes torna impossível aprender todos os idiomas e interpretar devidamente todas as culturas, deixam-se seduzir facilmente por aquelas que melhor conseguem estudar e entender; e lançam-se, depois, numa perigosa idolatria dos valores culturais assimilados, como se, para além deles, não houvesse outros, igualmente dignos de ser estudados e compreendidos.

Estes homens, que assim quiseram, na melhor das intenções, lançar-se em voos mais largos, ultrapassando os limites do meio cultural e científico em que viviam, prestaram, por via de regra, no decurso do século XIX e nas primeiras décadas do nosso século, o pior serviço que podiam prestar à cultura do seu país, maculando-a com elementos estranhos, ou submetendo-a, à força, a uma zona de influência cultural estrangeira absolutamente contrária às suas tradições.

Só nos nossos dias, com o rápido progresso das comunicações internacionais, e com as enormes facilidades conquistadas para o conhecimento da actividade cultural desenvolvida, em cada momento, nos países estrangeiros, começam os homens de estudo dos diferentes países a ficar em condições de melhor se conhecerem e de melhor se compreenderem uns aos outros. A Universidade do século XX, numa palavra, tem ao seu dispor outros meios, de que não dispôs a Universidade do século passado, para colocar a cultura superior ao serviço da comunidade universal, sem prejudicar, como aquela prejudicou, a tradição cultural das diferentes comunidades nacionais. Assim ela saiba e queira fazê-lo.

**15. Como desempenhou a Universidade a sua missão social de colocar a cultura superior ao alcance de todos os homens, sem distinção de condições sociais e económicas: a acção histórica dos colégios universitários.**

Um outro aspecto existe, das responsabilidades sociais da Universidade, que ela soube encarar com a necessária largueza de vistas, enquanto forças estranhas a não vieram impedir de o fazer: tornar a cultura superior acessível a todos os homens, sem distinção de classes sociais e económicas.

O acesso à cultura tinha sido, durante toda a Antiguidade, o exclusivo dum reduzido número de privilegiados. Foi a Igreja, ao proclamar a igualdade absoluta de todos os homens perante Deus, e ao abrir as dignidades eclesiásticas aos indivíduos de todas as classes sociais, que rasgou, neste domínio, como em tantos outros, novos horizontes à humanidade. Nas escolas eclesiásticas, desde o começo da Idade Média, encontravam guarida e ensino gratuito todos aqueles — pobres ou ricos, nobres ou humildes — que pretendiam dedicar-se à carreira eclesiástica, ou que, simplesmente, de-

sejavam cultivar o seu espírito, e subir, por essa via, na escala social.

As universidades, nascidas sob a égide da Igreja — ou pura continuação, até, por vezes, duma escola eclesiástica — não podiam adoptar attitude diferente desta. Não bastava, no entanto, que o ensino universitário fosse plenamente gratuito, como era, e que as portas da Universidade estivessem franqueadas a todos os homens sem distinção de classes, para poder dizer-se que esse ensino era acessível a todos. Se o ensino elementar e médio estava espalhado por toda a parte onde houvesse uma catedral, um mosteiro, ou uma simples igreja paroquial, o ensino superior estava concentrado em meia dúzia de lugares, ao longo da Europa, inacessíveis, muitas vezes, àqueles que desejavam procurá-los, pelas elevadas somas que necessário era despendar para aí se deslocarem, e para se sustentarem durante o largo período de duração dos estudos.

Acorreram a remediar estes inconvenientes os esforços conjugados da Universidade, da Igreja, dos monarcas, e até dos generosos Mecenas, que viram aí uma excelente oportunidade de exercitar a

caridade cristã: — Os monarcas deram o seu contributo para a solução do problema, não só com a concessão de bolsas de estudo aos escolares do seu país, que buscavam as universidades estrangeiras, como, sobretudo, através da fundação de numerosas universidades nos seus reinos. Não foi menor, porém, a contribuição prestada pela generosidade da Igreja — dos seus dignitários, dos seus beneficiados, das suas ordens religiosas — e a própria generosidade dos particulares, com a fundação, em largo número, dos famosos *colégios universitários*. De facto, estes colégios, durante os primeiros séculos da sua existência, foram instituições quase exclusivamente destinadas a albergar estudantes pobres, dando-lhes uma possibilidade de seguir os estudos superiores, que, de outro modo, não teriam.

O *Colégio dos Dezoito*, criado em 1180, pelo Cabido de Notre-Dame, junto do Hospital de Santa Maria de Paris, foi a primeira fundação deste género, logo seguida de numerosas outras, tanto nessa cidade como nas demais cidades universitárias europeias. Só em Paris, no século XIV, estavam criados mais de trinta colégios, onde algumas

centenas de estudantes, das mais diversas procedências, recebiam gratuitamente agasalho e sustento.

Estes colégios universitários vieram a ser, mais tarde, verdadeiros centros de ensino, que colaboravam activamente na obra cultural da Universidade; e, em alguns lados, como em Oxford e em Cambridge, acabaram por absorver em si a própria Universidade. Mas nunca abandonaram de todo a sua primitiva função assistencial, colaborando sempre na tarefa de tornar o ensino universitário acessível às classes desprotegidas.

A Revolução Francesa e os Estados liberais que ela gerou acabaram, por toda a parte, como sistema dos colégios, nas universidades do continente europeu, argumentando com o seu carácter confessional e com a necessidade de laicizar o ensino. O inevitável resultado não tardou a produzir-se: o acesso à cultura superior passou a ser um exclusivo dos indivíduos economicamente privilegiados; e nunca a gente humilde encontrou, como desde então, tão cerradas às suas aspirações culturais as portas da Universidade.

**16. Como desempenhou a Universidade a sua missão social de servir a verdade e impedir a difusão do erro.**

O dever de difundir a verdade e de impedir a difusão do erro constitui, para as elites intelectuais, uma responsabilidade social não menos grave que as já apontadas. Soube a Universidade tomar plena consciência desse dever e desempenhar-se dele cabalmente?

Pode afirmar-se que sim, na medida em que teve liberdade para o fazer. Conforme vimos, ao tratar da vida institucional da Universidade nos tempos passados, a actividade universitária foi decrescendo progressivamente de autonomia e de liberdade intelectual, ao longo dos séculos. Houve períodos da História, em que a Universidade não fez mais do que servir ideais ético-políticos dum grupo social ou dum Estado. Nesses períodos, limitou-se a servir a verdade ou a servir o erro, consoante aquela ou este lhe foram superiormente impostos.

Mas, nos períodos em que a Universidade pôde gozar de plena liberdade de movimentos, ela sim-

bolizou, quase sempre, a voz do bom senso, da moderação e do equilíbrio, na luta das ideias e das correntes doutrinárias. Como órgão colectivo, superior às contingências do tempo e do espaço, com a responsabilidade duma linha de pensamento homogénea, a ligar o passado ao futuro, a Universidade não podia servir, de ânimo leve, qualquer inovação doutrinária irresponsável, formulada pelo primeiro pensador que se lhe deparava no caminho.

Muito embora essas inovações tenham partido, um bom número de vezes, de um ou outro dos seus mestres, a Universidade como tal, isto é, como corpo colectivo, conservou-se sempre, perante elas, numa atitude de prudente expectativa. Não se fechou ao progresso, e acabou por assimilar as novas correntes doutrinárias ou científicas, quando chegou a convencer-se da sua veracidade, nos mesmos termos em que abertamente as condenou, quando chegou a convencer-se do seu carácter errado. Mas, antes de as aceitar ou condenar, dedicou-se demoradamente ao seu estudo, mantendo para com elas a necessária reserva, ou evitando mesmo o seu ensino, quando lhe pareceu que ele poderia levar a aceitá-las como verdades conquistadas, na fase

em que não passavam ainda do domínio das hipóteses por confirmar.

Este sentido das responsabilidades, perante o grave problema social de servir a verdade, valeu-lhe, não poucas vezes, ao longo da história, a acusação de retrógrada, pois sempre houve insensatos, em todos os tempos, a proclamar que o dever da Universidade é ter as suas portas abertas, sem quaisquer reservas, a todas as doutrinas inovadoras.

Superior a essas acusações, procurou ela, sempre que não foi vítima da opressão do Estado ou dos grupos sociais, seguir firmemente o seu caminho, consciente de que nada pode sobrelevar em importância, na escala dos seus deveres de ordem social, o dever de *servir a verdade* e de a defender das investidas que o erro e as forças do mal permanentemente lançam contra ela.

## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| <i>Nota editorial</i> .....   | 3  |
| Traços gerais duma «história institucional»<br>da Universidade .....                    | 5  |
| Os «fins da Universidade» ao longo da his-<br>tória .....                               | 35 |
| Como encarou historicamente a Universidade<br>as suas «responsabilidades sociais» ..... | 55 |

## Colecção Essencial

1. IRENE LISBOA  
Paula Morão
2. ANTERO DE QUENTAL  
Ana Maria A. Martins
3. A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE  
José Mattoso
4. A CONDIÇÃO FEMININA  
Maria Antónia Palla
5. A CULTURA MEDIEVAL PORTUGUESA (SÉCS. XI A XIV)  
José Mattoso
6. OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA CULTURA PORTUGUESA  
Jorge Dias
7. JOSEFA D'ÓBIDOS  
Vítor Serrão
8. MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO  
Clara Rocha
9. FERNANDO PESSOA  
Maria José de Lancastre
10. GIL VICENTE  
Stephen Reckert
11. O CORSO E A PIRATARIA  
Ana Maria P. Ferreira
12. OS «BEBÉS-PROVETA»  
Clara Pinto Correia
13. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS  
Maria Assunção Pinto Correia
14. O CANCRO  
José Conde

15. A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA  
Jorge Miranda
16. O CORAÇÃO  
Fernando de Pádua
17. CESÁRIO VERDE  
Joel Serrão
18. ALCEU E SAFO  
Albano Martins
19. O ROMANCEIRO TRADICIONAL  
J. David Pinto-Correia
20. O TRATADO DE WINDSOR  
Luís Adão da Fonseca
21. OS DOZE DE INGLATERRA  
A. de Magalhães Basto
22. VITORINO NEMÉSIO  
David Mourão-Ferreira
23. O LITORAL PORTUGUÊS  
Ilídio Alves de Araújo
24. OS PROVÉRBIOS MEDIEVAIS PORTUGUESES  
José Mattoso
25. A ARQUITECTURA BARROCA EM PORTUGAL  
Paulo Varela Gomes
26. EUGÉNIO DE ANDRADE  
Luís Miguel Nava
27. NUNO GONÇALVES  
Dagoberto Markl
28. METAFÍSICA  
António Marques
29. CRISTÓVÃO COLOMBO E OS PORTUGUESES  
Avelino Teixeira da Mota
30. JORGE DE SENA  
Jorge Fazenda Lourenço

31. BARTOLOMEU DIAS  
Luís Adão da Fonseca
32. JAIME CORTESÃO  
José Manuel Garcia
33. JOSÉ SARAMAGO  
Maria Alzira Seixo
34. ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE  
Américo da Costa Ramalho
35. DROGAS E DROGADOS  
Aureliano da Fonseca
36. PORTUGAL E A LIBERDADE DOS MARES  
Ana Maria Pereira Ferreira
37. A TEORIA DA RELATIVIDADE  
António Brotas
38. FERNANDO LOPES GRAÇA  
Mário Vieira de Carvalho
39. RAMALHO ORTIGÃO  
Maria João L. Ortigão de Oliveira
40. FIDELINO DE FIGUEIREDO  
A. Soares Amora
41. A HISTÓRIA DAS MATEMÁTICAS EM PORTUGAL  
J. Tiago de Oliveira
42. CAMILO  
João Bigotte Chorão
43. JAIME BATALHA REIS  
Maria José Marinho
44. FRANCISCO DE LACERDA  
J. Bettencourt da Câmara
45. A IMPRENSA EM PORTUGAL  
João L. de Moraes Rocha
46. RAÚL BRANDÃO  
A. M. B. Machado Pires

47. TEIXEIRA DE PASCOAES  
Maria das Graças Moreira de Sá
48. A MÚSICA PORTUGUESA PARA CANTO E PIANO  
José Bettencourt da Câmara
49. SANTO ANTÓNIO DE LISBOA  
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
50. TOMAZ DE FIGUEIREDO  
João Bigotte Chorão
- 51/52. EÇA DE QUEIRÓS  
Carlos Reis
53. GUERRA JUNQUEIRO  
António Cândido Franco
54. JOSÉ RÉGIO  
Eugénio Lisboa
55. ANTÓNIO NOBRE  
José Carlos Seabra Pereira
56. ALMEIDA GARRETT  
Ofélia Paiva Monteiro
57. A MÚSICA TRADICIONAL PORTUGUESA  
José Bettencourt da Câmara
58. SAÚL DIAS/JÚLIO  
Isabel Vaz Ponce de Leão
59. DELFIM SANTOS  
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
60. FIALHO DE ALMEIDA  
António Cândido Franco
61. SAMPAIO (BRUNO)  
Joaquim Domingues
62. O CANCIONEIRO NARRATIVO TRADICIONAL  
Carlos Nogueira
63. MARTINHO DE MENDONÇA  
Luís Manuel A. V. Bernardo

64. OLIVEIRA MARTINS  
Guilherme d'Oliveira Martins
65. MIGUEL TORGA  
Isabel Vaz Ponce de Leão
66. ALMADA NEGREIROS  
José-Augusto França
67. EDUARDO LOURENÇO  
Miguel Real
68. D. ANTÓNIO FERREIRA GOMES  
Arnaldo de Pinho
69. MOUZINHO DA SILVEIRA  
A. do Carmo Reis
70. O TEATRO LUSO-BRASILEIRO  
Duarte Ivo Cruz
71. A LITERATURA DE CORDEL PORTUGUESA  
Carlos Nogueira
72. SÍLVIO LIMA  
Carlos Leone
73. WENCESLAU DE MORAES  
Ana Paula Laborinho
74. AMADEO DE SOUZA-CARDOSO  
José-Augusto França
75. ADOLFO CASAIS MONTEIRO  
Carlos Leone
76. JAIME SALAZAR SAMPAIO  
Duarte Ivo Cruz
77. ESTRANGEIRADOS NO SÉCULO XX  
Carlos Leone
78. FILOSOFIA POLÍTICA MEDIEVAL  
Paulo Ferreira da Cunha
79. RAFAEL BORDALO PINHEIRO  
José-Augusto França

80. D. JOÃO DA CÂMARA  
Luiz Francisco Rebello
81. FRANCISCO DE HOLANDA  
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
82. FILOSOFIA POLÍTICA MODERNA  
Paulo Ferreira da Cunha
83. AGOSTINHO DA SILVA  
Romana Valente Pinho
84. FILOSOFIA POLÍTICA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA  
Paulo Ferreira da Cunha
85. O ROMANCE HISTÓRICO  
Rogério Miguel Puga
86. FILOSOFIA POLÍTICA LIBERAL E SOCIAL  
Paulo Ferreira da Cunha
87. FILOSOFIA POLÍTICA ROMÂNTICA  
Paulo Ferreira da Cunha
88. FERNANDO GIL  
Paulo Tunhas
89. ANTÓNIO DE NAVARRO  
Martim de Gouveia e Sousa
90. EUDORO DE SOUSA  
Luís Lóia
91. BERNARDIM RIBEIRO  
António Cândido Franco
92. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO  
José-Augusto França
93. AVERRÓIS  
Catarina Belo
94. ANTÓNIO PEDRO  
José-Augusto França
95. SOTTOMAYOR CARDIA  
Carlos Leone

96. CAMILO PESSANHA  
Paulo Franchetti
97. ANTÓNIO JOSÉ BRANDÃO  
Ana Paula Loureiro de Sousa
98. DEMOCRACIA  
Carlos Leone
99. A ÓPERA EM PORTUGAL  
Manuel Ivo Cruz

Composto e impresso  
na  
*Imprensa Nacional-Casa da Moeda*  
com uma tiragem de 800 exemplares.  
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se  
em Março de dois mil e oito.

ED. 1015282  
ISBN 978-972-27-1655-0  

---

DEP. LEGAL N.º 272 374/08

ISBN 978-972-27-1655-0



9 789722 716550